



• TALKS •

Em direto através do site [www.jornaleconomico.pt](http://www.jornaleconomico.pt)  
ou em [www.facebook.com/JornalEconomico](https://www.facebook.com/JornalEconomico)

23 julho | 15h00

Conheça os mecanismos de apoio europeus criados para responder à crise provocada pela Covid-19. Esperamos por si!

Convidados: **yunit**  
Consulting

Este suplemento faz parte integrante do Jornal Económico Nº 2050 não pode ser vendido separadamente

17 julho 2020 | ESPECIAL



ESPECIAL

# FUNDOS EUROPEUS E LINHAS DE CAPITALIZAÇÃO

## MAIS CAPITAL PARA INOVAR E CRESCER

Conheça as alternativas de financiamento e capitalização que as empresas portuguesas têm à disposição, para enfrentar as circunstâncias adversas provocadas pela pandemia de Covid-19 mas também para inovar e crescer.

### CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

**Portugal 2020 já aprovou cerca de 20 mil milhões de euros** ● II

### ENTREVISTA

**Miguel Belo de Carvalho**

Administrador do Santander Portugal

**“Deve promover-se a revisão do sistema fiscal, a favor do capital”** ● IV



### FINANCIAMENTO E CAPITALIZAÇÃO

**Guia de instrumentos financeiros para apoiar as empresas** ● VI

### FÓRUM

**Apoios e linhas de financiamento atuais chegam para recuperação da economia?** ● VII

## EDITORIAL

## A política fiscal e a capitalização das empresas



FILIPE ALVES  
Diretor

O problema é antigo e há muito que foi diagnosticado. Portugal tem pouco capital para investir, criar emprego e riqueza. As empresas portuguesas estão demasiado endividadas e isso constitui um dos principais obstáculos à nossa competitividade e ao nosso desenvolvimento. Isto porque, devido a um conjunto de razões, que se conjugam no passado e no presente, o país não tem capital suficiente.

Por outro lado, as empresas portuguesas têm mais incentivos para depender mais do financiamento bancário do que de capitais próprios. Como recorda Miguel Belo de Carvalho na entrevista que publicamos neste Especial, um exemplo disto é que, apesar dos passos que têm sido dados nos últimos anos, para muitos empresários continua a ser mais vantajoso recorrer ao crédito, do ponto de vista fiscal, do que injetar capitais próprios na sua empresa.

E o cerne da questão está precisamente na fiscalidade. Portugal precisa não só de eliminar este viés a favor do financiamento bancário, com novas medidas que incentivem a capitalização das empresas, mas também de atrair mais investimento estrangeiro, sendo a fiscalidade crucial nestes dois aspetos. Como defendia Rogério Carapuça, presidente da APDC, numa das conferências online que o JE e a Huawei estão a promover durante este mês, Portugal precisa de “políticas amigas” da atração de investimento, para que se possa inovar e criar emprego e riqueza. Esperemos que a proposta de Orçamento do Estado para 2021 tenha isto em conta. ●

## CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

# Portugal 2020 já aprovou cerca de 20 mil milhões de euros

Portugal 2020 já esgotou perto de 80% da sua dotação total. Para a CIP, o programa é “fundamental” para a economia, mas a associação empresarial pede mais apoios para as empresas portuguesas durante a pandemia.

ANTONIO VASCONCELOS MOREIRA

amoreira@jornaleconomico.pt

A descapitalização das empresas é um problema estrutural da economia portuguesa que foi agora exacerbado pela pandemia da Covid-19. Apesar do aumento do leque de apoios públicos ao tecido empresarial, o país tem à sua disposição, desde 2014, o Portugal 2020. Com uma dotação global de 25 mil milhões de euros inicialmente prevista até 2020 — o prazo para o investimento executado foi alargado até 2023 —, tem sido um instrumento crucial na promoção de quatro grandes eixos estratégicos para a economia portuguesa: a competitividade e a internacionalização das nossas empresas, a inclusão social e o emprego, o capital humano e ainda a sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos.

“A sua importância para estimular a economia é fundamental”, diz António Saraiva, presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), que representa mais de 150 mil empresas nacionais.

Segundo os dados mais recentes, de março de 2020, o Portugal 2020 aprovou, no total, 19.919 milhões de euros em 46.152 projetos desde 2015, com uma taxa média de cofinanciamento de 78%. Isto é, o programa já esgotou cerca de 80% da sua dotação total.

Tudo somado, “o seu impacto no PIB foi estimado em 1,57 pontos percentuais, em média anual, com um efeito de longo prazo muito apreciável ao nível do pro-

duto potencial”, afirma o presidente da CIP.

A maior parte dos apoios diretos às empresas encontram-se no domínio da competitividade e internacionalização, explica António Saraiva. “Até ao final de março de 2020, aos 17,9 mil milhões de euros de investimento apoiado no domínio da competitividade e internacionalização, correspondiam 8,8 mil milhões de euros de fundos europeus (49%)”, sendo que este montante inclui incentivos a fundo perdido, incentivos reembolsáveis e ainda incentivos parcialmente convertíveis em subsídios não reembolsáveis.

António Saraiva considera que o aumento das taxas de cofinanciamento seria “bem-vindo”, mas trata-se de uma pretensão que o ministro do Planeamento, Nelson de Souza, que tutela os fundos comunitários, já disse ser “impossível” porque as regras gerais de auxílios de Estado não o permitem.

O Portugal 2020 não está, contudo, isento de críticas que os empresários fazem chegar à CIP. A principal reside na burocracia dos processos que afeta os pedidos de apoio das empresas de menor dimensão.

“Ouvimos críticas relativamente ao acesso demasiado burocrático, principalmente para as microempresas e PME, e aos problemas do funcionamento das plataformas e dos procedimentos que as empresas não entendem e que complicam a execução. À burocracia aliou-se um verdadeiro labirinto informático, com plataformas pouco flexíveis, que acabam por dificultar a vida aos promotores de projetos”, vinca António Saraiva.

Os empresários alegam ainda que, na generalidade dos concursos, são-lhes exigidos “indicadores de resultados de difícil objetivação e concretização”, enquanto noutros concursos, as micro e pequenas empresas são penalizadas pela forma de cálculo da criação de emprego de qualificado, que é “aferido em termos do número de postos de trabalho líquidos criados e não da sua percentagem”.

Os empresários alertam ainda para o “exagerado” formalismo das equipas de análise do Portugal 2020, que os “desmotiva”. “Há também que referir problemas que surgem de empresas de consultoria menos escrupulosas, que direcionam as candidaturas das empresas para objetivos irrealistas, que levantam depois dificuldades no cumprimento das metas contratualizadas”, avança António Saraiva.

Mais instrumentos para capitalizar as empresas

O regime do lay-off simplificado e as linhas de crédito protocoladas lançadas foram algumas das medidas lançadas pelo Governo para mitigar o impacto da pandemia. O economista Vítor Bento antevê dificuldades para estimular as empresas por via da capitalização: “quando há necessidades financeiras, estas só podem ser supridas com capital ou com dívida. Portugal é depauperado em capital e poupa pouco”, alerta.

No entanto, os líderes de associações setoriais e outros economistas ouvidos pelo JE defendem que é tempo de criar instrumentos para a capitalização das empresas.

Francisco Calheiros, presiden-





**ANTÓNIO SARAIVA**  
Presidente da Confederação  
Empresarial de Portugal



**FRANCISCO CALHEIROS**  
Presidente da Confederação  
do Turismo de Portugal



**ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE**  
Economista e professor  
da Nova SBE



**JOÃO DUQUE**  
Economista  
e professor do ISEG



**VÍTOR BENTO**  
Economista

te da Confederação do Turismo de Portugal (CTP) salienta que “o ano turístico de 2020 será para esquecer”, apesar de um conjunto de medidas destinadas a aliviar o setor, que, de resto, considerou não serem suficientes. À exceção do lay-off, “temos falado sempre em medidas de empréstimos e a partir de agora temos de passar em linhas de capital e, se necessário, subvenções a fundo perdido. Só assim será possível garantir que a oferta se mantenha”, alerta o presidente da CTP.

Francisco Calheiros argumenta que a natureza e a elegibilidade dos apoios terão de ser “redefinidos” por causa da pandemia e, além disso, têm “de atender a capacidade que os projetos de investimento demonstrarem para gerarem exportações”, sendo que o turismo “é a principal fonte de financiamento da nossa balança externa e com níveis de consumos de produção interna elevados”.

Neste sentido, a CTP defende que os projetos de investimento no setor devem ter em consideração o longo período de *payback* associado. E, além do reforço das linhas de crédito, que se encontram suspensas ou esgotadas, a associação preconiza “a criação de novos instrumentos financeiros de apoio ao turismo, como por exemplo um Fundo de Reconstrução do Turismo 20-22 para capitalização das empresas, e um Fundo Turismo Internacionalização”.

António Saraiva realça a importância do reforço para 6.800 milhões de euros das linhas de crédito já anunciados pelo Governo, quando apresentou o Programa de Estabilização Económica e Social e, apesar de considerar tratar-se de uma medida justificada à luz das necessidades de tesouraria, a verdade é que “implica o aumento do endividamento das empresas, que as colocará numa posição ainda mais fragilizada”, frisa.

A CIP apresentou duas propostas no Plano Extraordinário de Suporte à Economia Portuguesa para contornar “o problema do endividamento”. Por um lado, defende, até 2024, a conversão parcial das garantias associadas a estas linhas em incentivo não reembolsável para as empresas que mantenham a atividade e o emprego e, por outro lado, um conjunto de medidas para reforçar o capital das empresas, como o “Fundo dos Fundos” de três mil milhões de euros através de capital de risco.

António Nogueira Leite, economista e professor da Nova SBE, defende o reforço das estruturas de capital das empresas através de operações de mercado, explicando que estas não têm de traduzir-se em operações abertas em bolsa.

Lembra que na crise das dívidas soberanas, propôs que a Caixa Geral de Depósitos (CGD), em conjunto com o Fundo Europeu de Investimento e operadores privados, criasse um ‘fundo de fundos’ destinado a “reforçar a capacidade dos veículos privados existentes”. “O projeto ficou na gaveta, mas poderá ser retomado. No contexto atual, devemos deixar a CGD fora deste esforço, mas há outros organismos públicos, como o Banco de Fomento, que poderão assumir esse papel”, diz.

O economista e professor do ISEG, João Duque, refere que os empréstimos protocolados poderão ser uma medida apropriada nalguns casos, mas alerta que devem ser criados “fundos que apoiassem as empresas com empréstimos titulados de muito longo prazo, sem participação no capital das empresas e com condições de reembolso e juros muito especiais” se o Estado pretender recuperar o apoio dado.

#### **A oportunidade europeia para a economia nacional**

A proposta da Comissão Europeia atribuiu a Portugal um apoio total de 26,36 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Recuperação, repartido entre 15,53 mil milhões de euros a fundo perdido e 10,84 mil milhões de euros em empréstimos, a partir de 2021.

João Duque explica que o apoio corresponde a 12% do PIB português e, se for distribuído em quatro anos, significa um apoio de 2,9% ao ano. “Claro que vai ter um efeito multiplicador. E, sem dúvida, pode representar uma excelente oportunidade para podermos reestruturar a economia portuguesa”, vinca.

Por seu turno, Nogueira Leite defende que o apoio europeu será “crucial” para Portugal ‘reconstruir’ a economia, mas alerta que “o impulso produzido dependerá da forma como empregue os fundos”. “Será crucial que se consiga, dada a escassez interna de capital, atrair IDE de qualidade que impacte, não apenas pelos projetos em si, mas pelos efeitos de demonstração e impactos nas cadeias de valor que estes projetos podem trazer”.

Vítor Bento deixa um alerta: apesar do volume do apoio, avisa que “nenhum montante será adequado se dele não for feita uma utilização muito criteriosa”. “Para isso, e acima de tudo, importa, mais uma vez, — e esta é uma matéria a que os órgãos políticos de controlo da ação governativa deverão estar atentos —, assegurar apropriados mecanismos de *governance* para a aplicação desse dinheiro (...) para evitar más experiências do passado”, conclui. ●



D.R.

ENTREVISTA MIGUEL BELO DE CARVALHO Administrador do Santander Portugal

# “Deve promover-se a revisão do sistema fiscal, a favor do capital”

Miguel Belo de Carvalho, administrador do Santander Portugal, diz que é preciso reduzir o endividamento das empresas. Mas o grande desafio está para vir, o que justifica mais apoios públicos.

ANTONIO VASCONCELOS  
MOREIRA E MARIA TEIXEIRA  
ALVES

amoreira@jornaleconomico.pt

**O Estado anunciou o reforço das linhas de crédito às empresas de 6,2 mil milhões para 13 mil milhões de euros. É suficiente?**

Uma eventual ampliação das linhas protocoladas pode ser inevitável, mas estará dependente da evolução e duração da pandemia e

consequente impacto na economia. Existe espaço para novas linhas mas é preciso que haja procura, que será tanto maior quanto mais longa for a duração das restrições à mobilidade. Cada sector tem as suas particularidades e dentro de cada sector temos realidades diferentes. Muitas empresas estão a recorrer a estas linhas protocoladas por prevenção e a reforçar os níveis de caixa e/ou a reduzir linhas de curto prazo para “comprarem tempo” de tesouraria. Em média vimos isso em cada segmento

de empresas, tanto nas pequenas, como nas de média dimensão. Por outro lado, a subida do volume de crédito é acompanhada por uma subida, na mesma medida, dos recursos das empresas. Desde o início do ano, o Santander apoiou a economia em mais de sete mil milhões de crédito, sem contar com mais de mil milhões formalizados nas linhas protocoladas.

**O que explica a demora do dinheiro das linhas protocoladas para chegar às empresas?**

Dada a dimensão da procura nos primeiros meses, o sistema não estava preparado para garantir um processo rápido. O Santander esteve muito ativo e foi o banco que mais rapidamente aprovou e formalizou as operações para os seus clientes-empresa. Nas primeiras semanas já estávamos a formalizar contratos de crédito, o que permitiu obter uma quota de mercado de 35% na primeira linha Covid-19. No conjunto das linhas protocoladas Covid-19 aprovámos mais de dois mil milhões de euros

para apoio às empresas. Mantivemos as condições e os limites de crédito aos nossos clientes. É uma disponibilidade de liquidez à nossa economia de seis mil milhões de euros, que tem sido utilizada, e que é complementar e autónoma aos apoios públicos. Nas moratórias às empresas e aos particulares (até setembro de 2020), e sem contar ainda com o alargamento das mesmas até março de 2021, representa mais uma injeção de liquidez de cerca de mil milhões de euros.

**O conjunto de medidas de apoio criadas pelo Estado foram suficientes para a subsistência das empresas?**

Foram medidas de curto prazo muito importantes para permitir às empresas passarem esta fase da pandemia, garantindo um “balão de oxigénio” e uma redução do esforço das empresas na manutenção dos empregos nesta fase de disrupção económica. No entanto, o grande desafio está para vir e dependerá da duração desta crise sanitária. Saber se estes apoios são suficientes dependerá da profundidade da crise e está condicionado pelo nosso ponto de partida — com uma dívida pública de 118% e que se estima que possa chegar aos 135% — que nos coloca com menor capacidade do que outros paí-

ses com dívidas muito abaixo destes valores. Neste contexto, o apoio da Europa é fundamental para uma resposta pública eficaz, já que começam a existir sinais que a crise económica é de grande magnitude e que caberá ao Governo fazer um esforço no sentido de proteger o emprego e revitalizar os setores mais afetados.

**O Governo anunciou que, em agosto, o regime do lay-off será substituído pelo Apoio à Retoma Progressiva, que põe as grandes empresas a pagar 100% da TSU mas permite que as micro e as PME paguem apenas 50%...**

A substituição do regime do lay-off simplificado pelo Apoio à Retoma Progressiva, e considerando que o tecido empresarial português é maioritariamente composto por micro e pequenas empresas, percebe-se a diferenciação positiva a favor das empresas de menor dimensão.

**O Governo aumentou o plafond das garantias de Estado para os seguros de crédito para três mil milhões. É suficiente?**

Os seguros de crédito são instrumentos críticos para a fluidez das trocas comerciais. Importa garantir que o setor exportador português seja competitivo e relevante na economia nacional. A adequabilidade do plafond depende do grau de utilização e da atividade do setor exportador português e, caso necessário, deverá merecer reforço se for condição necessária para garantir a atividade de um dos principais motores de crescimento da economia. Para mim é fundamental alargar este programa de garantias às trocas comerciais domésticas, sob pena de perdermos competitividade no nosso mercado para exportadores de outros países que beneficiam de garantias à exportação.

**O Programa Capitalizar do IAPMEI tem sido bem aproveitado pelas empresas?**

Verificamos que as empresas têm manifestado bastante interesse, com níveis elevados de utilização das linhas que estão associadas. Para se perceber a importância do Programa Capitalizar, desde 2016 foram contratadas nas três Linhas disponibilizadas pela PME Investimentos (Capitalizar e Capitalizar 2018) e pelo IFD (Capitalizar Mais) mais de 60.000 operações com montante total superior a seis mil milhões de euros.

**Recentemente foi anunciada a criação do Banco de Fomento. Qual será a relação com a banca?**

Poderá ter um papel importante se integrar as diversas entidades intervenientes nas linhas de apoio protocolado. O que não deve fazer é substituir-se aos bancos comer-

ciais na intermediação e relação com as empresas.

**Portugal 2020 apoiou empresas em mais de 750 milhões de euros este ano. Qual o papel dos fundos europeus?**

Os fundos europeus têm sido um pilar importante no apoio ao investimento estratégico europeu. Estimulando e direcionando o investimento para áreas consideradas estratégicas – e que possibilitam a redução das assimetrias regionais existentes – mas também apoiando os projetos em momentos em que os recursos públicos se têm mostrado insuficientes.

**Os empresários pedem o aumento da taxa de participação dos fundos europeus nos investimentos das empresas. A taxa de participação nos projetos devia aproximar-se de 100%?**

Defendo que qualquer projeto deve ter uma corresponsabilização equilibrada entre o investidor/acionista e os financiadores, pelo que uma participação a 100% viola esta premissa. Deve assegurar-se que os recursos que estão disponíveis sejam canalizados para projetos geradores de valor acrescentado e emprego. As atuais circunstâncias justificam ponderar-se a possibilidade de uma maior componente de apoio público em setores de atividade em que o impacto económico derivado da crise sanitária seja mais gravoso.

**Concorda com a ideia de que em Portugal investe-se muito através de dívida em detrimento do capital?**

Há que mudar o paradigma pois, apesar do importante processo de desalavancagem registado desde 2012, as empresas portuguesas continuam a apresentar indicadores que as colocam com um nível de alavancagem ainda elevado face à Europa, o que é uma desvantagem competitiva. Uma vez que os apoios europeus vão no sentido contrário, de menor peso de apoios a fundo perdido, deverá promover-se a revisão do sistema fiscal, no sentido de ajustar o enquadramento a favor de dívida em detrimento de capital – os juros são aceites como custo, e os dividendos são alvo de dupla tributação, por exemplo. No entanto, uma parte da dívida decorre de créditos comerciais, como os atrasos nos pagamentos a fornecedores, que acabam por impactar toda a cadeia de valor. Aqui o Estado tem um papel de relevo. A promoção do pagamento a pronto ou quase a pronto reduz os riscos de tesouraria e o financiamento para cobertura deste risco.

**E o recurso ao mercado de capitais?**

“

**Desde o início do ano, o Santander apoiou a economia em mais de sete mil milhões de crédito, sem contar com mais de mil milhões formalizados nas linhas protocoladas**

A dinamização do mercado de capitais é positiva enquanto mecanismo que permita às empresas mais dinâmicas e eficientes captar fundos para alavancar o seu crescimento, orgânico ou através de processos de consolidação. Sendo o tecido empresarial português composto maioritariamente por micro e pequenas empresas, este mecanismo não é muito aplicável para este tipo de empresas.

**Há quem defenda que a localização geográfica de Portugal é uma desvantagem competitiva de Portugal...**

A nossa localização geográfica tem sido uma vantagem competitiva na

ligação entre os diferentes pontos do globo. Quando se volta a falar em reindustrialização e relocalização de atividades, Portugal tem de ter a capacidade de se afirmar como um ponto de destino para empresas competitivas, que procuram mão de obra qualificada, uma rede de infraestruturas de topo e acessibilidades facilitadas à Europa, a África e às Américas. A terciarização da atividade esbate as diferenças regionais e as distâncias físicas, quando “basta” uma infraestrutura de comunicações de qualidade. Deverá haver apoios para que as empresas trabalhem em rede, alavancando a sua escala, e possam reforçar a sua posição competitiva. ●

PUB

## Acelere o seu negócio

A Yunit é parceiro das PME no aproveitamento de novas oportunidades de crescimento, no planeamento estratégico, na definição e implementação de investimentos e apoios financeiros e fiscais, eficiência operacional e transformação digital.

- Diagnóstico Processos de Negócio**  
 Integramos eficiência nos seus processos para que atinjam um **melhor desempenho operacional**. Identificamos as melhorias com mais impacto no negócio, fazendo recomendações com vista à resolução das ineficiências, limitações e lacunas.
- Reestruturação Financeira**  
 Redefinimos o seu plano de negócio, recorrendo a soluções de investimento, estruturação, negociação e contratação de fontes de financiamento, capitalização e candidaturas a fundos comunitários.
- Fiscalidade**  
 Apoiamos a sua empresa na **otimização fiscal, através do acesso aos benefícios fiscais disponíveis**: Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento SIFIDE; Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI); Regime de Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR).
- Marketing e Comunicação**  
 Realizamos uma **abordagem integrada na construção de marcas**, desde a estratégia criativa, ao planeamento e à fase de implementação.

[www.yunitconsulting.pt](http://www.yunitconsulting.pt)

T: +351 21 330 72 02

E: [contactos@yunit.pt](mailto:contactos@yunit.pt)

**yunit**  
Consulting

## FINANCIAMENTO E CAPITALIZAÇÃO

# Guia de instrumentos financeiros existentes para apoiar as empresas

Empresas têm um conjunto de instrumentos de financiamento com apoio público, destinadas às diversas fases da sua atividade e investimento.

**JOANA ALMEIDA**

jalmeida@jornaleconomico.pt

Existem vários instrumentos de financiamento e capitalização com apoio público para apoiar o tecido empresarial português, composto maioritariamente por pequenas e médias empresas (PME). Os instrumentos financeiros disponíveis estão sistematizados no Portal do Financiamento, lançado no final do ano passado pelo IAPMEI, e procuram dar resposta aos diferentes desafios das empresas, nas várias fases da sua atividade e investimento. Com a pandemia de Covid-19, o Governo alargou esses apoios e, embora a sua ação se tenha centrado nas linhas de crédito, existem outras soluções de financiamento que podem ser tidos em conta pelos empresários.

## BENEFÍCIOS FISCAIS

Trata-se de regimes de tributação mais favoráveis, que podem assumir a forma de isenção ou redução do pagamento de determinadas taxas/impostos, deduções à matéria coletável ou amortizações. O objetivo destes instrumentos é impulsionar a economia, promovendo o crescimento das empresas através de investimento produtivo estrutural e da sua capitalização. Há seis benefícios fiscais atualmente disponíveis: benefícios fiscais de natureza contratual ao investimento produtivo; benefícios fiscais aplicáveis aos territórios do interior e às regiões autónomas; a Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos (DLRR); a Remuneração Convencional do Capital Social IRC; o Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI) e o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e ao Desenvolvimento Empresarial.

## CAPITAL DE RISCO

É o único instrumento financeiro que garante financiamento para as PME, através do “recurso a capitais próprios, por um período temporário”. Ou seja, ou seja, as Sociedades de Capital de Risco, Fundos de Capital de Risco ou *Business Angels*

concretizam o financiamento através de participação no capital social das empresas que recorrem a esta forma de financiamento. A participação destas entidades nas empresas é temporária (com um prazo médio de 3 a 7 anos) e, na maioria dos casos, minoritária.

## GARANTIA MÚTUA

É um sistema mutualista de apoio às micro, pequenas e médias empresas, assente na prestação de garantias financeiras para facilitar a obtenção de crédito. Para isso, as empresas beneficiárias assumem a condição de acionistas de uma das quatro Sociedades de Garantia Mútua existentes em Portugal (Norgarante, Lisgarante, Garval e Agrogarante), cujas operações são cobertas por um Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), dotado com fundos públicos, que funciona como fundo de “resseguro”. A partilha de risco com outras entidades financeiras facilita o acesso das empresas ao crédito e garante condições de custo e prazo adequados às necessidades.

## FUNDOS DE COINVESTIMENTO

São fundos públicos de *matching* destinados a apoiar capitalização de empresas, sobretudo tecnológicas e de impacto. Visam promover o investimento através de parcerias com investidores privados nacionais e internacionais qualificados. O investimento é efetuado simultaneamente e nos mesmos termos, pelos fundos e investidores privados, sendo celebrado um acordo com a empresa destinatária sobre o enquadramento relacional entre as partes.

## FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

São um instrumento financeiro que permite apoiar as PME, através de operações que “consistem na aquisição e subsequente arrendamento de imóveis afetos à atividade das empresas”. Ou seja, as empresas são incentivadas a comprar imóveis para poderem mais tarde arrendar e recuperar dinheiro com as rendas. Estes fundos são

uma alternativa à aplicação de poupanças em depósitos bancários ou ao investimento direto no mercado de capitais e são geridos por profissionais especializados no mercado de capitais e imobiliário. Permitem dotar as empresas de liquidez financeira imediata.

## LINHAS DE CRÉDITO

Esta solução financeira permite às empresas melhorar as suas condições de financiamento e facilitar o acesso ao crédito bancário. Na prática, os bancos emprestam dinheiro às empresas, mas, ao contrário do empréstimo tradicional, este deve começar a ser pago a partir do momento em que se recebe o dinheiro. No entanto, tem como vantagem o facto de os juros serem mais baixos. As linhas de crédito são bonificadas e garantidas pelo Estado português. Com a pandemia da Covid-19, foi criada uma linha de apoio à economia (Linha Economia Covid-19), que funciona entre os bancos e outras entidades, como o IAPMEI e a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM), e foram criadas linhas específicas por setor. Entre essas linhas criadas constam a linha de apoio à restauração, outra de apoio aos empreendimentos e alojamentos turísticos e outra para as agências de viagens, animação turística e organização de eventos.

## SEGUROS DE CRÉDITO

É um instrumento que permite às empresas gerirem os riscos comerciais e políticos do comércio, que não conseguem controlar, através de um seguro que protege as empresas contra o não pagamento de uma dívida comercial. Destina-se sobretudo a empresas que queiram apostar em exportações e pode ser pedido junto de qualquer uma seguradoras privadas a operar em Portugal. Com esta solução de financiamento, as empresas têm o seu capital protegido e os fluxos de caixa mantêm-se, permitindo ainda a obtenção de empréstimos. Estes seguros têm garantia do Estado e contam com apenas um operador, a COSEC - Companhia de Seguros de Crédito, SA. ●



ENTREVISTA **SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA** Sócio da Vieira de Almeida

## “Não há almoços grátis, nem incentivos fiscais e económicos grátis”

Sócio de Fiscal da VdA destaca entre as medidas do Orçamento Suplementar as alterações aos prejuízos fiscais e a redução dos Pagamentos por Conta.

**ÂNIA ATAÍDE**

aataide@jornaleconomico.pt

**Como é que avalia as alterações fiscais introduzidas no Orçamento Suplementar para as empresas? Que medidas destaca?**

São as medidas, em parte, esperadas, sendo que o Governo estará a aguardar pelo desempenho económico do segundo semestre para calibrar em termos fiscais o próximo orçamento. Tem sido esta a gestão efetuada pelo Governo ao longo da pandemia, seja em termos económicos, medidas de apoio ou agora medidas de cariz fiscal. O Governo

ataca as três frentes principais: prejuízos fiscais, com um regime especial para os prejuízos fiscais de 2020 e 2021; liquidez, ao prever a redução dos Pagamentos por Conta em 50% ou na totalidade consoante o nível de quebra de faturação nos primeiros seis meses de atividade e o setor onde a micro ou PME se insere; investimento, com um regime fiscal de aquisição e transmissão de prejuízos fiscais de empresas em dificuldade e a criação de um incentivo fiscal que se traduz numa dedução à coleta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração, que sejam efetuadas entre 1 de julho de 2020 e



Bloomberg

os desequilíbrios orçamentais gerados com esta crise, a qual irá inevitavelmente gerar um acréscimo significativo de dívida pública. Ou reduzimos significativamente a despesa no futuro e/ou aumentamos a receita, ou crescemos muito acima do serviço da dívida, permitindo excedentes orçamentais que são alocados ao serviço da dívida. Sem reformas estruturais e investimento produtivo e em tecnologia dificilmente teremos taxas de crescimento que permitam gerar excedentes orçamentais significativos. Diria que abstraindo dos efeitos decorrentes do pacote de ajuda e recuperação da UE, o mais provável é o Governo continuar com as políticas atuais (de contenção orçamental do lado da despesa). O aumento de impostos contribuirá, inevitavelmente, para estrangular ainda mais a economia, pelo que o caminho terá de ser outro. Mas a austeridade pode chegar de várias formas, seja em mais impostos, seja em cortes na despesa e nos apoios sociais ou congelamento das progressões e acréscimos salariais na função pública. Não há milagres.

Que impacto é que terá o alargamento dos prazos de reporte de prejuízos fiscais para as empresas? É uma medida muito significativa, até porquanto alarga o limite de dedução de 70% para 80% quando decorra de prejuízos gerados em 2020 e 2021; alarga o prazo de dedução de cinco para 10 anos. Para além do impacto imediato estimável no IRC a pagar de 2020 (impacto positivo na liquidez), o reporte alargado de prejuízos gera impostos ativos deferidos, com impacto na situação patrimonial e indicadores financeiros de uma parte do tecido empresarial.

**Em que medida é que as empresas poderão beneficiar dos fundos europeus e das linhas de capitalização?**

**Por outro lado, quais são os principais desafios associados?**

Um dos grandes desafios da aplicação de fundos europeus é sempre a taxa de concretização e execução dos projetos. A burocracia é outro obstáculo significativo. No que diz respeito às linhas de capitalização, boa parte delas exigem um processo de certificação e/ou elegibilidade junto da própria instituição bancária. Teremos de aguardar mais umas semanas para se perceber o alcance do pacote de medidas europeias e se os fundos estão disponíveis neste último trimestre, onde se espera um agravamento severo e deterioração da contas públicas e desempenho do setor privado. O ponto crítico é assegurar a injeção de capital na economia e nas empresas no último trimestre de 2020, período em que se jogará a sobrevivência de muitas empresas. ●

30 de junho de 2021, sendo o montante acumulado máximo das despesas de investimento elegíveis de cinco mil (até 70% da coleta de IRC elegível).

**Poderia ter-se ido mais longe para apoiar a retoma nos incentivos fiscais para as empresas?**

É sempre possível ir mais longe, mas deve ser considerado o impacto orçamental de tais medidas, sendo que mais despesa fiscal significa menos receitas e maior pressão orçamental. Há aqui um equilíbrio difícil de gerir entre o apoio às empresas neste contexto de enorme dificuldade e a necessidade de manter alguma folga orçamental caso os impactos da crise perdurem para além de 2020. Nem todos os instrumentos de apoio assumem natureza fiscal, sendo que, nesta fase, se mostra vital: assegurar liquidez e mecanismos de apoios de estado em setores particularmente visados pela pandemia; assegurar a viabilidade económica de empresas saudáveis até à pandemia; assegurar a manutenção do emprego, sob pena de forte impacto social e nas contas do Estado. É um desafio complexo e no caso português depende dos mecanismos de apoio comunitários que vierem a ser acordados em sede do Conselho Europeu, bem como a manutenção das restrições sanitárias com forte impacto no setor do

turismo, o qual representa quase 9% do PIB e cerca de 17% das exportações nacionais. Podemos sempre argumentar que eram necessárias mais medidas, mas estas vão na direção certa.

**O Orçamento Suplementar não prevê um agravamento dos impostos, mas será inevitável num contexto que se prevê de crise?**

Não há almoços grátis, nem incentivos fiscais e económicos grátis. Só há duas formas de compensar



**SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA**  
Sócio da Vieira de Almeida

## FÓRUM

# ESPECIALISTAS PEDEM “BAZUCA” NACIONAL PARA APOIAR EMPRESAS

Empresários, economistas e consultores dizem que apoios públicos são insuficientes e é preciso mais medidas para combater descapitalização e endividamento das empresas portuguesas. **JOANA ALMEIDA**

**1 OS APOIOS E LINHAS DE FINANCIAMENTO DISPONÍVEIS PARA AS EMPRESAS, COM APOIO DO ESTADO E DA UNIÃO EUROPEIA (UE), SÃO SUFICIENTES PARA QUE A ECONOMIA POSSA RECUPERAR E PARA QUE A EUROPA POSSA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA REINDUSTRIALIZAÇÃO E SUSTENTABILIDADE?**



**ÓSCAR GASPAR**  
Vice-presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP)



**JOÃO VIEIRA LOPES**  
Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)

Os inquéritos que a CIP tem feito com o FutureCast Lab do ISCTE, desde abril, revelam que, para 80% das empresas, as medidas do Governo estão aquém das necessidades. Na sequência da pandemia de Covid-19, confrontamo-nos com a maior crise económica dos últimos 100 anos, com efeitos que podem ser devastadores se não for dada uma resposta à altura. A CIP reafirma a necessidade de implementar um Plano Extraordinário de suporte à economia, que tem de ser robusto – chegou o momento de haver uma bazuca portuguesa – e deve incluir instrumentos de capitalização das empresas e medidas como a manutenção do lay-off simplificado, o pagamento atempado das dívidas do Estado e a ativação de linhas dos seguros de crédito. Este plano é urgente, deve ser simples e chegar às empresas com a máxima rapidez. Por outro lado, defendemos que a crise pandémica exige uma forte resposta da UE, para que a recuperação possa ser uma realidade e para evitar efeitos assimétricos que penalizem ainda mais alguns Estados-membros. Saudamos a proposta da Comissão Europeia para um Plano de Recuperação de 750 mil milhões de euros, e o facto deste ser constituído, na sua maioria, por subvenções. As prioridades assumidas no ‘Green Deal’ estão em linha com as necessidades de desenvolvimento do nosso país. Caberá a Portugal tirar partido das oportunidades criadas pelos novos instrumentos e é preciso definir, desde já, políticas públicas articuladas com o setor empresarial capazes de orientar com eficácia esses recursos. Apelamos, por isso, aos responsáveis políticos de todos os países que aproveitem o Conselho Europeu de 17 de julho para aprovar o Plano de Recuperação porque é imperativo que esteja em marcha a partir de janeiro de 2021. A Europa não pode esperar.

Os apoios e as linhas de financiamento que estão disponíveis destinam-se ainda a uma fase de mitigação dos efeitos da pandemia. O Programa de Estabilização Económica e Social visa, no essencial, travar o colapso da economia, minimizando os números relativos ao encerramento de empresas e ao aumento do desemprego. Os apoios mais efetivos dependem da aprovação do Plano de Recuperação para a Europa, em moldes que não comprometam o nosso futuro, ou seja, estes apoios deverão ter uma componente significativa de incentivos não reembolsáveis. O principal objetivo dos apoios deve ser o de evitar a destruição do capital produtivo e o aumento do desemprego, travando a recessão e permitindo um novo crescimento económico sustentado. Depois deveremos ter um Programa de médio/longo prazo, um Programa para década (entre nós o chamado “Portugal 2030”) centrado em medidas estruturantes e nos fatores determinantes da competitividade futura. Deve ser um programa de mudança sem ser um programa de rutura com o tecido produtivo existente. A chamada “desindustrialização” não foi senão um reposicionar das empresas, que as levou a concentrarem-se em fatores e componentes imateriais (serviços) de maior valor, e transferindo para terceiros as fases em que a redução do fator custo era determinante. Concretamente no caso português, tivemos um processo de industrialização tardio e pouco diversificado. Contudo, a solução, não passa por pretender preencher de forma voluntarista as fases produtivas da cadeia de valor que não produzimos a montante, mas por conseguirmos alterar o nosso perfil exportador: seja apostando em atividades menos dependentes de importações (como é o caso da maioria das atividades de serviços), seja acrescentando valor aos bens e serviços exportados. Como temos vindo a defender, a estra-

## ESPECIAL FUNDOS EUROPEUS E LINHAS CAPITALIZAÇÃO

tégia a seguir deve estar associada a uma valorização dos nossos principais fatores competitivos, e consequentemente, conseguirmos subir na cadeia de valor daquilo que produzimos e vendemos. Não ganhamos nada com uma estratégia de “renacionalização”, ganhamos apostando na cooperação empresarial, na cooperação entre países e regiões, tendo como propósito a diversificação e a multiplicação de relações e de redes à escala global. Esta é aliás uma condição da valorização do nosso território na atração de investimento estrangeiro em atividades e segmentos de maior valor acrescentado.



**EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA**  
Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP)

A nossa debilidade estrutural, nomeadamente em termos do peso da dívida, deixou a nu as inúmeras fragilidades do país. Temos assistido, desde o início desta crise, a uma gestão orçamental que, compreendendo-se na perspetiva do equilíbrio das contas públicas, não permitiu até ao momento uma resposta cabal e de verdadeiro alcance para o relançamento da economia. As medidas tomadas quando da paragem do país, e agora as vertidas no plano de Estabilização, cheias de boas intenções mas carregadas de burocracia asfixiante, foram, e são, claramente insuficientes. As respostas públicas têm-se baseado em medidas de ajuda à tesouraria das empresas, através de endividamento que, sendo importantes, deveriam de ser complementadas com verdadeiras ajudas a fundo perdido. Estes apoios do Estado visam aguentar a economia até à eventual chegada da chamada “bazuca” europeia. Restará saber em que condições estarão as nossas empresas quando tal acontecer.

A resposta a uma crise desta dimensão, ao basear-se principalmente em medidas de antecipação de tesouraria, com base em endividamento, não sendo acompanhadas por outro tipo de ajudas de caráter económico-financeiro, corre o risco de criar, a prazo, uma bomba relógio às nossas empresas. Continuamos a navegar à vista, resolvendo problemas conjunturais e sem planos ou visão de futuro. Continuamos a adiar o imprescindível alívio da carga fiscal e sem reformar a Justiça. Os desafios da reindustrialização e da sustentabilidade só serão superados com um verdadeiro plano estrutural, baseado em subvenções, permitindo às empresas resistir a esta crise inédita, dar um salto qualitativo, incrementando o seu investimento e qualificações, e preparando-as para um futuro mais exigente, complexo e incerto. É imperioso que o tecido empresarial português ganhe dimensão e agressividade nas exportações. Tendo o Estado português muito boas intenções, mas pouca capacidade orçamental, resta-nos esperar por uma resposta robusta a nível europeu, sendo certo que os nossos concorrentes, em países com outro músculo financeiro e com este tipo de medidas já implementadas no terreno, chegarão melhor preparados para enfrentar este imenso desafio.



**JOSÉ EDUARDO CARVALHO**  
Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP)

Até final de maio, o financiamento foi das medidas de apoio às empresas para contrariar os efeitos das políticas de saúde pública no combate viral, aquela que se revelou menos eficaz. O lay-off simplificado, o diferimento do pagamento das contribuições e obrigações fiscais, e as moratórias, apesar do ruído existente na altura, apresentaram resultados globalmente muito positivos. As medidas concebidas e implementadas compararam bem com as de outros países europeus. Contudo, em junho ocorreu uma inflexão. Segundo o inquérito realizado pela AIP, 75% das empresas que submeterem pedidos de financiamento tinham as suas operações aprovadas, e só 8% apresentavam operações reprovadas. Por outro lado, as operações contratadas e recebidas já atingiam os 52%. Todo o sistema bancário manifestou um compromisso com a economia nacional, apesar de se esperar que o banco público pudesse ter sido mais ambicioso e dinâmico nesse esforço. As medidas de financiamento previstas no PEES também são significativas. Destaco: o reforço de 6,8 mil milhões de euros de linhas de crédito com garantias do Estado; a provável e necessária extensão da cobertura do Estado aos seguros de crédito para garantir as transações de bens e serviços efetuados no mercado nacional; as operações de *sales* e *lease back*; as moratórias bancárias; e a criação de um fundo de capital e quase capital para participar em operações de capitalização de empresas. Todos antecipamos um forte choque de seleção no tecido empresarial devido à recessão e ao fim precipitado do lay-off simplificado e do diferimento das contribuições e obrigações fiscais. Os efeitos destes últimos nas condições de exploração das empresas não deixarão de se fazer sentir. A operacionalização da política pública, nos próximos 3 anos, irá ser financiada por 8 mil milhões de euros/ano. São montantes consideráveis que irão ter impacto na economia portuguesa. Se serão suficientes e terão uma execução eficaz na dinamização do tecido empresarial, é a dúvida para a qual, neste momento só há respostas especulativas.



**RUI TEIXEIRA SANTOS**  
Consultor na Abreu Advogados

Sobre os apoios disponibilizados (a fundo perdido), os programas estavam bem desenhados, mas tinham três problemas: (1) os montantes estavam muito aquém da procura e deverão ser reforçados; (2) o procedimento foi excessivamente burocrático e de difícil elaboração, precisando de acompanhamento técnico; e (3) a falta de resposta dentro dos tempos legais deixou muitas entidades, que já tinham iniciado a implementação dos projetos, em situação ainda mais precária e houve

projetos que perderam razão de ser. Temos que ter consciência de que países como os EUA, a Alemanha ou a França, aproveitaram o pretexto da pandemia para financiarem as suas economias com programas de apoio da ordem dos 15 a 20% do PIB a fundo perdido e que países como Portugal apenas conseguiram desenhar apoios reais de menos de 3% do PIB. Ou seja, o ponto de partida é assimétrico e a concorrência internacional está em causa: é cada um por si e sem regras. Segundo, não tendo Portugal uma elite empresarial qualificada e sendo ela avessa ao risco, nos últimos 44 anos, o rendimento privado foi feito à custa dos contratos e rendas do Estado, o que inevitavelmente fez com que caíssemos do 24.º lugar para 45.º no *ranking* das maiores economias mundiais, correndo o risco, este ano, de sermos ultrapassados pela Etiópia. Parte do Fundo Europeu que nos cabe só chegará para o crescimento económico se for aplicado com critério. Daí a importância do plano de reindustrialização não ser capturado pela construção civil e obras públicas (70% já são espanholas), pelas empresas digitais (somos o 4.º país mais digitalizado, sem qualquer vantagem por isso) e pela narrativa ecologista (fomos dos poucos a cumprir Quioto). O turismo não pode crescer mais, pois não tem resiliência. Precisamos de reformar os recursos humanos das empresas e da Administração Pública. Temos as empresas cotadas com a população mais envelhecida do mundo ocidental. No NASDAQ, os trabalhadores das cotadas têm em média 22/23 anos de idade. Em Portugal, a geração mais bem formada de sempre está no desemprego ou a fazer *startups*, que é a mesma coisa em 99% dos casos. É preciso reformar antecipadamente as pessoas, para mudar a geração e a cultura de inovação no Estado e nas empresas.



**RUI LEÃO MARTINHO**  
Bastónario da Ordem dos Economistas

Mesmo antes da presente situação derivada da pandemia, Portugal apresentava já algumas debilidades económicas e a sua dependência de setores como o turismo, o imobiliário e os serviços tornava-o muito exposto a eventuais crises que pudessem eclodir. A recuperação que tanto desejamos vai depender de diversos fatores, sendo a confiança e a evolução positiva no combate ao vírus determinantes para a retoma. Temos hoje à nossa frente um desafio para reforçar a indústria europeia (incluindo, obviamente, Portugal) se soubermos aproveitar devidamente os recursos endógenos que este espaço geográfico possui, bem como saberemos responder à procura diversificada dos mercados, através das céleres transformações tecnológicas, da economia circular e da economia do conhecimento. Para tal, serão postos à disposição do nosso país fundos europeus num montante equivalente ao PIB de 2019 (mais de 15 mil milhões de euros a fundo perdido e cerca de 11 mil milhões de euros através de empréstimos). Há que saber aproveitá-los, numa aplicação rigorosa, transparente

e que permita atingir a finalidade da recuperação e do desenvolvimento sustentado da economia. A estratégia a adotar por Portugal deve levar em atenção a necessidade de substituir importações, aproveitar os nossos recursos, aprovar as adequadas políticas públicas que incentivem o investimento e promovam o crescimento das exportações, de forma a colocar o nosso país numa senda de progresso, desenvolvimento e de melhoria na cadeia de valor. Portanto, saibamos aproveitar os apoios e linhas de financiamento que estão para já atribuídos a Portugal para as empresas e decerto, após os primeiros sinais de recuperação e retoma, será mais fácil reforçar, se necessário, os fundos adicionais que permitam enfrentar os desafios que se nos deparam.



**ALEXANDRE MEIRELES**  
Presidente da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)

As medidas de apoio ao tecido empresarial português são importantes mas insuficientes, dados os efeitos devastadores da pandemia de Covid-19 nas empresas. O peso da dívida pública terá constrangido a adoção de um programa de recuperação mais ambicioso, estando o Governo a apostar sobretudo no pacote europeu de relançamento económico. O eventual envelope de 35,8 mil milhões pode preparar Portugal para os desafios da reindustrialização e da sustentabilidade, desde que o país encontre uma estratégia para a aplicação e execução das ajudas comunitárias. Enquanto o dinheiro europeu não chega, convém lembrar que, ainda antes da crise pandémica, o tecido empresarial português apresentava níveis de descapitalização e endividamento elevados. Neste cenário, as linhas de crédito com garantia do Estado estão longe de ser a solução ideal de financiamento, pois geram novas dívidas e encargos para as empresas. Tanto mais que os *spreads* praticados pelos bancos nem sempre são simpáticos para as empresas, apesar das taxas de juro baixas. As moratórias bancárias enfermam do mesmo problema: são um balão de oxigénio mas, a prazo, colocam mais pressão sobre a tesouraria das empresas. Parece-me fundamental criar instrumentos de capitalização mais ajustados à realidade das empresas, designadamente incentivos não reembolsáveis, fundos de capital de risco, microcrédito, benefícios fiscais diretos e seguros de crédito. Há também que agilizar e acelerar o acesso ao financiamento, nomeadamente aquele que vem de fundos comunitários, e melhorar o ambiente de negócios (ao nível da burocracia e do quadro fiscal), liquidar as dívidas do Estado às empresas, restabelecer o Programa Vistos Gold nos moldes anteriores, fortalecer o ecossistema empreendedor e de inovação e promover a formação profissional. Deve garantir-se que as soluções de financiamento são acessíveis e adequadas a empresas de todas as dimensões, sem esquecer os microempresários em nome individual, as microempresas e os serviços de proximidade. Os pequenos negócios têm um peso e uma função socioeconómica que não podem ser ignorados.



**BERNARDO MACIEL**  
Diretor-geral da Yunit Consulting

Enfrentamos um novo ciclo económico, com elevados desafios e cujas características obrigam a medidas cuja eficácia terá forçosamente que ser inédita. As linhas de financiamento e os estímulos ao investimento, sobretudo no novo Quadro Comunitário de Apoio, devem ser muito mais criteriosos e seletivos. Por toda a conjugação de esforços que se tem visto a nível dos diferentes países e no seio da UE, tudo aponta para uma dimensão de linhas e de incentivos financeiros de um montante nunca antes visto. Tornando-se real todo este pacote de verbas de apoio à recuperação económica a questão será mais na qualidade das opções a estimular do que a quantidade de euros em causa. A tão ambicionada reindustrialização terá que passar invariavelmente por enfrentar alguns desafios críticos e cujo sucesso abrirá um novo caminho à economia europeia e, se formos igualmente competentes, para a economia portuguesa. Temos que fazer mais e melhor investimento na Investigação e Desenvolvimento e, consecutivamente, conseguir mais geração de patentes, tema onde os países do Oriente e EUA têm continuamente liderado à escala global. Com isto, ter maior capacidade para produzir o que vai sendo desenvolvido, industrializando o que é inovador, disruptivo e de elevado valor acrescentado. O aumento da competitividade à escala global obriga a assumir que as mudanças no paradigma económico devem considerar um contexto fortemente digital, enquadrado num caminho para uma efetiva transição energética e onde a construção de cadeias de fornecimento mais curtas e eficazes, idealmente dentro do espaço europeu farão toda a diferença. A pandemia acelerou um conjunto de necessidades junto das empresas mudando de forma drástica também o paradigma empresarial. Estas mudanças têm especial evidência nos comportamentos dos consumidores e dos mercados, na necessidade de novas formas de assegurar a distribuição, no reforço das competências exigidas e na lógica de entender, comunicar e chegar ao cliente. O objetivo da reindustrialização e o seu estímulo deve considerar todo este enquadramento. Cumprindo-se a disponibilização dos montantes de verbas que vão sendo anunciadas ao nível da União Europeia, a preocupação deverá estar nas opções estratégicas, assegurar que as “fichas” são colocadas no sítio certo. Para a realidade portuguesa, e para continuarmos a crescer e sermos mais competitivos, é fundamental que as empresas questionem e entendam o mercado, concentrem o seu negócio, não no que podem produzir, mas no que conseguem vender. Se garantirmos que os estímulos financeiros privilegiam projetos que assentem numa estratégia corporativa clara, numa organização ágil e digital, onde a coerência da oferta com os mercados é constante, então todo o euro canalizado terá o destino correto.